



**FACULDADE MARIA MILZA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
UM ESTUDO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE GOVERNADOR
MANGABEIRA-BA**

GOVERNADOR MANGABEIRA- BA

2021

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
UM ESTUDO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE GOVERNADOR
MANGABEIRA-BA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Maria Milza, como requisito parcial para obtenção do título de graduado.

Orientador: Ms. Reginaldo Pereira dos Santos

**GOVERNADOR MANGABEIRA – BA
2021**

Ficha catalográfica elaborada pela Faculdade Maria Milza, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bibliotecárias responsáveis pela estrutura de catalogação na publicação:
Marise Nascimento Flores Moreira - CRB-5/1289 / Priscila dos Santos Dias - CRB-5/1824

O48p

Oliveira, Ana Carolina de Oliveira e

Práticas pedagógicas de alfabetização na educação inclusiva: um estudo em uma escola da rede municipal de Governador Mangabeira - BA / Ana Carolina de Oliveira e Oliveira. - Governador Mangabeira - BA , 2021.

51 f.

Orientador: Reginaldo Pereira dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade Maria Milza, 2021 .

1. Educação Inclusiva. 2. Necessidades Educacionais Especiais. 3. Alfabetização. I. Santos, Reginaldo Pereira dos, II. Título.

CDD 371.9

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
UM ESTUDO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE GOVERNADOR
MANGABEIRA-BA

Aprovado em ____/____/____

BANCA DE APRESENTAÇÃO

PROF. MS. REGINALDO PEREIRA DOS SANTOS
FACULDADE MARIA MILZA

PROFA. MS. ELIPAULA MARQUES DA CRUZ CARVALHO
FACULDADE MARIA MILZA

PROFA. MS. SIMONE SANTANA DAMASCENO DE CARVALHO
FACULDADE MARIA MILZA

Dedico este trabalho a minha madrinha Jucélia Souza de Oliveira, ao meu pai Antônio Carlos Santana de Oliveira, a minha mãe Anaci Souza de Oliveira, e em nome deles dedico a todos que contribuíram para realização dessa pesquisa.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente à DEUS, por me permitir viver esse momento e por sempre está ao meu lado me guiando, protegendo e dando forças nos momentos difíceis, a minha família começando pelos meus pais Anaci e Antonio Carlos, ao meu Irmão Henrique, minha madrinha Jucelia e a meu tio Jaime, a meus tios Renal e Cely, aos meus tios Roque, Rose, Ilma, Rita, Zeinho, Tonhe, Cristina, Zé, Li, Ana Rita, Ana Maria, Sinhá, Val, Ana e a tia Celia. Agradecer também aos meus avós, Raimundo, Ana, Dezinha, Genes e Gracy, a meus padrinhos Ademir e Silvana, aos meus primos Rose, Vine, Duda, Rodrigo, Robson, Jaiane, Fabiane, Jeferson, Alberto, Jordânia, Joy, Marluce e Geovane, as minhas amigas, Cida, Reijane, Ticiania, Tais, Faele e Luana; agradecer também a todos os professores que compartilharam comigo seus conhecimentos, em nome da professora Simone Damasceno, professor Reginaldo Pereira, professor Roque Sérgio Barbosa, professora Juliana Gonçalves e a professora Yracy Silva. Obrigado também aos meus amigos da turma, por terem compartilhado comigo suas vivencias e aprendizado, aos motoristas que me conduziram até a instituição durante essa caminhada, agradecer aos clientes do salão Charming, por sempre me compreender e incentivar, agradeço as crianças que estavam sempre comigo durante essa trajetória, me mostrando na pratica toda teoria vista em sala de aula são elas: Heitor, Guilherme, Alice, Maria Alice e Nicole em nome delas agradecer a todas as crianças que passaram por minha vida, principalmente aos meus alunos. Além disso, gostaria de dizer que “crianças são luz que me inspira a cada dia seguir essa profissão com todo o meu amor”. Agradecer a instituição por toda a colaboração e dedicação dada durante meu período de formação acadêmica, em nome de Samuel agradecer aos funcionários da Faculdade Maria Milza por nos proporcionar um conforto, atenção e dedicação na resolução dos nossos problemas. Contudo agradeço a todos aqueles que colaboraram na minha trajetória direta ou indiretamente.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as
igualdades”.

Paulo Freire

RESUMO EM LINGUA VERNÁCULA

A inserção de crianças com necessidades educativas especiais, matriculada na rede regular de ensino, faz com que as escolas se adequem ao modelo de educação inclusiva, sucedendo que os professores aprimorem suas práticas e estratégias de ensino, para que contemple a deficiência e especificidade de cada criança. Desta maneira, a pesquisa justifica-se por procurar entender como acontece essa inclusão e quais as práticas de alfabetização utilizadas no contexto da educação inclusiva, questionamentos feitos a partir da observação realizada em estágio supervisionado I em uma determinada escola e foi se aprofundando nas aulas de psicologia e educação inclusiva. Com isso surgiu a inquietação: Quais são as práticas pedagógicas de alfabetização na educação inclusiva adotadas numa turma de 2º e 3º ano do ensino fundamental anos iniciais em uma escola da rede municipal de Governador Mangabeira- BA? Partindo desse pressuposto, o trabalho tem como objetivo geral verificar as práticas pedagógicas utilizadas para alfabetização de crianças com deficiência na educação inclusiva, numa turma de 2º e 3º ano do ensino fundamental anos iniciais, em uma escola da rede municipal de Governador Mangabeira- BA, e como objetivos específicos descrever os desafios e experiências da atuação docente para alfabetizar alunos com deficiência num contexto inclusivo; identificar estratégias e recursos alfabéticos aplicados na prática docente que leve a promoção de habilidades da aprendizagem de crianças com deficiência; entender como acontece o ensino no processo de alfabetização dos estudantes com deficiências. Sendo utilizada como metodologia, uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e como amostra da pesquisa cinco participantes sendo uma coordenadora, uma diretora e três professoras da instituição, logo após a coleta de dados foi realizado o tratamento dos mesmos e feito uma análise bibliográfica e também documental. Os resultados obtidos com a pesquisa demonstrou que os desafios na prática docente são muitos, principalmente no contexto da educação inclusiva, seja pela falta de materiais didáticos, estrutura da instituição, falta de apoio familiar e aceitação até a formação continuada desses docentes, mas apesar dessas dificuldades o processo de ensino aprendizagem acontece, junto a alfabetização desses estudantes, que muitas das vezes para que esse seguimento se efetive é necessário que os professores busquem estratégias, adaptações e práticas por meio de recursos didáticos, pedagógicos e alfabéticos que contemple a necessidade dessas crianças. Portanto, conclui-se que a educação inclusiva é necessária e as crianças de acordo a legislação é assegurada com os direitos da aprendizagem e matricula na rede regular de ensino, contudo seu processo de alfabetização deve ser contemplado, mesmo algumas crianças não conseguindo serem alfabetizadas, por conta de uma limitação mais grave, entretanto a maioria consegue alcançar aos objetivos da alfabetização, não dentro do ciclo, mais ao longo do processo. Os desafios são muitos, porém com as possibilidades é possível supera-las de acordo as práticas, estratégias e adaptações utilizadas no planejamento docente, dentre elas a ludicidade.

Palavras chave: Educação inclusiva. Deficiência. Necessidades educacionais especiais. Práticas Pedagógicas. Alfabetização.

RESUMO EM LINGUA ESTRANGEIRA

The inclusion of children with special educational needs, enrolled in the regular school system, makes schools adapt to the inclusive education model, and teachers improve their teaching practices and strategies, so that they address the disability and specificity of each kid. Thus, the research is justified by seeking to understand how this inclusion happens and what literacy practices are used in the context of inclusive education, questions made from the observation carried out in supervised internship I in a certain school and was deepened in psychology classes and inclusive education. With this came the concern about what are the pedagogical practices of literacy in inclusive education adopted in a class of 2nd and 3rd year of elementary school at a school in the municipal network of Governador Mangabeira - BA? Based on this assumption, the work has as general objective to verify the pedagogical practices used for the literacy of children with disabilities in inclusive education, in a 2nd and 3rd year class of elementary school, in a municipal school in Governador Mangabeira - BA, and as specific objectives to describe the challenges and experiences of teaching activities to teach students with disabilities to read and write in an inclusive context; identify strategies and alphabetical resources applied in teaching practice that promote the learning skills of children with disabilities; understand how teaching happens in the literacy process of students with disabilities. Being used as a methodology, a qualitative approach in education of an exploratory and descriptive character, having as a data collection instrument the semi-structured interview and as a research sample five participants, one coordinator, one director and three teachers from the institution, soon after the collection of data, the treatment of them was carried out and a bibliographic and documental analysis was carried out. The partial results obtained with the research showed that the challenges in teaching practice are many, especially in the context of inclusive education, whether due to the lack of teaching materials, institution structure, lack of family support and acceptance of the continuing education of these teachers, but despite of these difficulties, the teaching-learning process takes place, together with the literacy of these students, that often, for this follow-up to be effective, teachers need to seek strategies, adaptations and practices through didactic, pedagogical and alphabetical resources that address the needs of these children. Therefore, it is concluded that inclusive education is necessary and children, according to the legislation, are assured with the rights of learning and enrolling in the regular school system, however their literacy process must be contemplated, even some children failing to be literate, due to of a more serious limitation, however most manage to reach the literacy goals, not within the cycle, but along the process. The challenges are many, but with the possibilities it is possible to overcome them according to the practices, strategies and adaptations used in teacher planning, including playfulness.

Keywords: Inclusive education. Deficiency. Special educational needs. Pedagogical practices. Literacy.

LISTA DE TABELA

TABELA 01 – Caracterização dos entrevistados.....	32
--	----

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

PEI – Plano Especializado Individual

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SRM – Sala de Recursos Multifuncionais

TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

TO – Terapia Ocupacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS PRATICAS DE ENSINO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIENCIA.	17
2.1	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	17
2.2	AS LEIS QUE ASSEGURAM A INCLUSÃO	20
2.3	PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	26
3	AS PRATICAS UTILIZADAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICIPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA	32
3.1	OS DESAFIOS E AS EXPERIÊNCIAS DA ATUAÇÃO DOCENTE PARA ALFABETIZAR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NUM CONTEXTO INCLUSIVO	33
3.2	COMO ACONTECE O ENSINO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS?	36
3.3	ESTRATÉGIAS E RECURSOS ALFABÉTICOS APLICADOS NA PRÁTICA DOCENTE QUE LEVA A PROMOÇÃO DE HABILIDADES DA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA	39
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERENCIAS	44
	APENDICE	47
	ANEXO	50

1 INTRODUÇÃO

A presença de crianças com necessidades educacionais especiais nas salas de aulas, faz com que os professores vão em busca de novas estratégias de ensino, os quais possibilitem a aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional, para assim promover a inclusão das mesmas no contexto educacional. Sendo que essa necessidade, implica nas crianças com algum tipo de deficiência, seja ela física ou cognitiva com dificuldades no aprendizado, porém que precisa ser incluída no ambiente escolar e no processo de efetivação do conhecimento.

Nesse contexto, as escolas precisam estar preparadas para atender as deficiências dessas crianças, propondo práticas de inclusão a partir de metodologias e estratégias que facilitem a alfabetização das mesmas e para que isso ocorra é de fundamental importância que os profissionais da educação se apropriem de teorias facilitadoras dessa aprendizagem, e que estejam em constante formação.

Os estudantes que possuem deficiência devem ser tratados de maneiras específicas, com práticas de ensino que contemplem sua necessidade estimulando seu progresso, e a esses matriculados na rede regular de ensino deve ser concedido práticas de alfabetização fazendo com que eles se apropriem da leitura e da escrita, e para que essa condição se efetive é preciso que os materiais e conteúdos estejam adaptados aos mesmos.

Desta forma, a escolha do tema foi pensada através das aulas de Psicologia da Educação, quando foi proposto o desenvolvimento de materiais didáticos para trabalhar a inclusão de crianças com algum tipo de limitação. Essa discussão foi dialogada nas aulas de Educação Inclusiva com a história da inclusão, suas limitações e possibilidades de trabalhos com essas crianças para não as segregá-las, e assim procurar entender como acontece essa inclusão e quais as práticas de alfabetização utilizadas no contexto da educação inclusiva.

Nesse sentido, surgiu a inquietação acerca da observação feita sobre uma determinada sala de aula, de uma escola onde realizei meu estágio supervisionado I que possuía mais de 80% da sala com deficiência intelectual na fase de alfabetização. E isso me motivou a ir em busca de novos conhecimentos sobre a forma, de como as crianças deficientes são alfabetizadas e se existem meios de alfabetizá-las.

E surgiu o seguinte questionamento: quais são as práticas pedagógicas de alfabetização na educação inclusiva adotadas numa turma de 2º e 3º ano do ensino fundamental anos iniciais em uma escola da rede municipal de Governador Mangabeira- BA?

O presente trabalho tem o seguinte objetivo geral: verificar as práticas pedagógicas utilizadas para alfabetização de crianças com deficiência na educação inclusiva, numa turma de 2º e 3º ano do ensino fundamental anos iniciais, em uma escola da rede municipal de Governador Mangabeira- BA, juntamente com alguns objetivos específicos: descrever os desafios e experiências da atuação docente para alfabetizar alunos com deficiência num contexto inclusivo; identificar estratégias e recursos alfabéticos aplicados na prática docente que leve a promoção de habilidades da aprendizagem de crianças com deficiência; entender como acontece o ensino no processo de alfabetização dos estudantes com deficiências.

No entanto, ainda há uma grande exclusão dessas crianças com deficiência nas escolas regulares e no contexto da aprendizagem, dificultando assim sua alfabetização, mesmo sendo assegurado pela LBI – Lei Brasileira de Inclusão. Essa lei defende que, é obrigatória a matricular do aluno na sala regular de ensino e que independe da quantidade de alunos nessa condição, deve ser garantido o ensino de qualidade para essas crianças, porém o processo de adequações das instituições ainda é muito lento.

Assim, faz se necessário, adaptações curriculares urgentes nos quais atendam as necessidades das crianças com limitações no processo educacional, para que o conhecimento e sobretudo a alfabetização seja de forma prazerosa e eficaz.

Contudo o trabalho visa discutir sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da alfabetização, através de práticas facilitadoras de ensino, sendo importante a formação adequada dos professores para lecionar com esse público e que as escolas contenham uma estrutura, um currículo e um projeto político pedagógico que atenda a essas demandas, para assim fortalecer o aprendizado, desenvolvimento e alfabetização destas crianças, através também da apropriação de teorias que possibilite qualificar a prática no atendimento educacional especializado.

O procedimento metodológico adotado neste trabalho, corresponde a abordagem qualitativa em educação, sendo de caráter exploratória e descritiva afim

de estabelecer uma aproximação com o objeto de estudo e com o problema, pois de acordo com Gil (1999, p.43) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada compactuada em dezesseis questões, utilizando recursos tecnológicos que conforme Barros & Lehfeld (2000, p.58), “que estabelece uma conversa amigável com o entrevistado, buscando levantar dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, selecionando-se os aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa”.

Desta forma a entrevista é quem faz com que o pesquisador sinta-se mais perto do seu objeto, disposto a buscar mais informações para solucionar seus problemas, sendo os participantes da pesquisa em amostra três professores dois do 2º e um do 3º ano do ensino fundamental anos iniciais, a coordenadora pedagógica e a diretora de uma determinada escola no município de Governador Mangabeira-BA. Visando realizar uma análise bibliográfica, que de acordo com Boccato (2006) busca solucionar problemas através do embasamento acerca de conhecimentos teóricos, sobre o objeto de estudo, após a coleta de dados será realizada uma análise documental visando atingir compreensões considerado base à revisão de literatura, capaz de colaborar com novas discussões no processo de alfabetização no contexto inclusivo.

Esta monografia está organizada em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo a introdução; o segundo capítulo é a fundamentação teórica intitulada como: discussão sobre a educação inclusiva e as práticas de ensino no processo de alfabetização da criança com deficiência, contendo três seções a primeira discutindo sobre educação inclusiva e a relevância desse modelo de educação para as crianças com deficiência seja ela de qualquer natureza, além do caminho que a escola e professores seguem para proporcionar essa educação inclusiva e de qualidade para seus alunos.

Na segunda seção são as leis as quais asseguram a educação inclusiva, e que essa educação deve ser compartilhada com os alunos de maneira integral e que estabeleça um nível de qualidade, visando o alcance do desenvolvimento das crianças com deficiência. E a terceira seção discutimos sobre as práticas de alfabetização, para que as crianças com deficiência, adquira o conhecimento até

chegar a ser alfabetizada, percorrendo um caminho desde a prática dos professores perpassando pelo currículo, projeto político pedagógico até o ambiente físico ao qual ela está inserida. O terceiro capítulo são os resultados intitulado como: verificação sobre as práticas utilizadas no processo de alfabetização na educação inclusiva no Município de Governador Mangabeira, contendo mais três seções.

Sendo a primeira seção os desafios e experiências da atuação docente para alfabetizar alunos com deficiência num contexto inclusivo; a segunda seção discutindo sobre como acontece o ensino no processo de alfabetização dos estudantes com deficiências; e a terceira seção tratando acerca das estratégias e recursos alfabéticos aplicados na prática docente que leva a promoção de habilidades da aprendizagem de crianças com deficiência. E o quarto capítulo e do trabalho é composto pelas considerações finais.

2 DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS PRÁTICAS DE ENSINO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA.

O presente referencial teórico reflete a luz de alguns autores, sobre a educação inclusiva e seus principais marcos, além da alfabetização no âmbito dessa educação inclusiva, discutindo assim sobre conceitos legais que asseguram a educação no contexto inclusivo e práticas que podem auxiliar no desenvolvimento do trabalho pedagógico educacional.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão de crianças com deficiência no ensino regular, é de grande importância para a socialização, percepção e aprendizado dos mesmos, assim proporcionando seu desenvolvimento intelectual e motor, nesse contexto Brasil (2008, p. 14) salienta que;

A inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade educação especial desde a educação infantil até o ensino superior; oferta de atendimento educacional especializado (...).

Assim, é de grande relevância que as escolas e professores estejam preparadas, para receber essas crianças e dá-lhes uma educação qualificada, pois não adianta apenas acolher e deixar a criança esquecida num canto da sala é preciso incluir no sentido de chegar até o processo de alfabetizar aquela criança, apesar de que nem todas correspondem porém é necessário fazer uso de práticas que se adequem as necessidades das mesmas possibilitando seu aprendizado.

Para Mantoan (2003), a inclusão é o privilégio de conviver e compartilhar com as diferenças, entendendo e reconhecendo o outro dentro das suas possibilidades e desafios. E para que essa inclusão aconteça de fato é essencial que as escolas estejam aparelhadas para o processo inclusivo.

Já segundo Vygotsky (1996), a criança uma vez integrada em ambientes adequado, estimula na mesma o processo sociocultural pré- existente nela,

proporcionando maneiras essenciais de adaptações, ou seja, o espaço no qual circunda aquela criança é essencial para sua aquisição de conhecimento e desenvolvimento, para tanto esses ambientes devem estar adequados para trabalhar com as especificidades dos alunos com algum tipo de limitação, através de contextos nos quais os mesmos se sintam incluídos evitando o processo exclusivo, pois as crianças com necessidades educacionais especiais precisam ser respeitadas e integradas, apesar das suas limitações.

De acordo com Sasaki (2008, p. 10), “a criança é vista como parte da diversidade humana e como titular dos mesmos direitos humanos das demais partes”. Para tanto é essencial o respeito às diferenças individuais e o ensino educacional deve-se abrir portas no sentido de trabalhar com pessoas diversas em contextos diferentes, que busque maneiras de alcançar níveis que não estão sendo contemplados, permitindo a equidade de todos os envolvidos no processo de aprendizado, para isso a comunidade externa e interna, devem sempre se apropriando de estratégias inovadoras que contemplem adequadamente as diferenças que circundam o meio educacional e pedagógico. Então, de acordo com Martins (2002, p. 28);

O processo de inclusão implica na adaptação da instituição de ensino para atender os alunos com necessidades especiais na sala regular, sendo função da escola compor o ensino com o trabalho de inclusão, de acordo com as necessidades significativas do ensino-aprendizagem.

Sendo assim promulgar o respeito à diversidade a fim de evitar a segregação das crianças que muitas das vezes é incluída na rede regular porém não são contempladas as suas especificidades. A segregação é quando as crianças são postas dentro da escola regular, porém existe um espaço separando os alunos com deficiência dos alunos ditos normais na instituição, ou seja, esses alunos são postos em classes especiais.

Nesse sentido, Correia (1997), diz que a política global de segregação consiste em separar e isolar crianças do grupo principal, majoritário da sociedade, promulgando a necessidade de resolução do problema, começando a surgir instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função de sua deficiência. Contudo a segregação foi postulada para que evitasse a exclusão, e os alunos fossem contemplados com o processo educativo e para que os alunos se aproximassem do modelo de ensino normal,

porem em ambientes diferenciados havendo a necessidade de integrar essas crianças de maneira a contemplar suas peculiaridades de forma igualitária, sendo inserido no mesmo contexto que as pessoas ditas normais.

Segundo Mantoan (1997, p. 8), a integração, “é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar [...]” ou seja, a mesma é vista como uma metáfora contendo um sistema de cascata, sendo que o aluno que deve se adaptar ao ambiente e as formas de ensino. Porém diante das controversas da integração escolar surge a educação inclusiva de modo a contemplar as necessidades a qual a integração não alcançou.

Como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular. (MANTOAN, 2003, p. 97).

Deste modo, o ponto de vista inclusivo vai da adaptação da instituição de forma geral, partindo do espaço onde a criança vai estar e se locomover, até os conteúdos que a elas serão apresentados, fazendo uso de práticas pedagógicas que considerem as necessidades educacionais de cada aluno.

Em 2017 o estado da Bahia publicou as diretrizes para Educação Inclusiva, onde reflete sobre os elementos que visam a orientação da prática pedagógica inclusiva no serviço educacional público em suas diversas instancias.

E de acordo com Sousa e Nascimento (2018, p. 122) um dos principais desafios da educação inclusiva está na "concretização de um ensino de qualidade para todos os alunos, na busca do acesso e permanência e de respostas educativas com modificações no processar rotineiro da escola", sendo indispensável que a escola implemente mudanças, principalmente no seu planejamento e no seu Projeto Político Pedagógico, buscando identificar as reais demandas e necessidades das crianças para ampliar um currículo inclusivo no contexto educacional, no qual vise garantir o processo de aprendizado e avaliação diante das especificidades, limites e possibilidades, respeitando o espaço de cada criança.

Dessa forma, MATOS; MENDES, 2014, p. 52 afirmam que é necessário

[...] Assegurar avanços efetivos ao processo de implementação da proposta inclusiva significa, além da ampliação do acesso: produção de conhecimentos, realizada pela pesquisa científica em diversas áreas; investimento na qualificação dos educadores para uma atuação mediadora mais competente; ampliação e diversificação das equipes da educação especial dos municípios, e ampliação ou revisão dos modelos de intervenção junto aos diversos atores da comunidade escolar, a fim de responder satisfatoriamente às necessidades formativas, de apoio psicológico, de suporte aos docentes e familiares, além de orientação às práticas pedagógicas dos educadores

Nesse sentido, as crianças com quaisquer tipos de deficiência devem ser asseguradas com o direito a matrícula em escolar regular de ensino e ter as suas necessidades contempladas dentro do contexto educacional inclusivo, fazendo valer o estabelecido na legislação sobre essa modalidade de ensino.

2.2 AS LEIS QUE ASSEGURAM A INCLUSÃO

A educação é um direito de todo cidadão, sendo dever do estado garantir a mesma com qualidade em todos os níveis de ensino, contudo o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente visa assegurar o direito e dever da criança e do adolescente, onde na Lei no 8.069/90, no artigo 55, diz que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, e nesse sentido abrange também as crianças com deficiência, fazendo jus aquilo que a LBI- Lei Brasileira de Inclusão vem discutindo sobre assegurar o direito a igualdade das pessoas com deficiência, promovendo condições de aprendizado, conhecimento e liberdade fundamental de adentrar diferentes espaços, proporcionando a inclusão e acesso a educação de qualidade, direitos trabalhistas, saúde, além de punições para atitudes discriminatórias a esse público.

E para que todo o processo de educação inclusiva seja efetivado, faz se necessário o conhecimento dessas leis, que resguardam esses alunos, desde os níveis federais até municipais, como a LBI nº 13.146 de 06 de julho de 2015, visando assegurar e promover condições de igualdade a pessoas com deficiência garantindo os direitos, a inclusão social, a liberdade e a cidadania dessas pessoas. Já a lei nº 4024/61 revogada pela lei 9.394/96 fixa a diretrizes e bases da educação nacional, reafirmando os direitos e deveres da pessoa humana em que um deles está o modelo de educação ao qual a família deve oferecer aos seus filhos,

refletindo que a educação das pessoas com algum tipo de limitação deve, dentro do que for possível, se encaixar no sistema regular de educação.

A Constituição Federal de 1988 diz que, todos são iguais perante as leis e que todos os direitos devem ser efetivados independentemente da limitação, diz que a educação é um direito de todos e dever do estado, sendo que as pessoas com deficiência matriculadas na rede regular de ensino deve-se oferecer o atendimento educacional especializado através de diferentes práticas onde venha a alfabetizar essas crianças. Contudo, foi a partir das convenções, tratados e resoluções que surgiram as leis, e foi partindo desses pressupostos que o Brasil se propôs a estabelecer políticas públicas que assegurassem a educação de crianças com deficiência para assim viabilizar melhores condições de inclusão das mesmas. Assim, pode-se citar, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que visa assegurar a todas as pessoas o direito a liberdade, a vida digna, a educação qualificada, ao desenvolvimento pessoal e social e a liberdade de participação na sociedade.

É necessário destacar também, a Declaração de Jomtien 1990 com a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, tendo a educação como um direito fundamental de todos, estabelecendo o desarraigamento do analfabetismo; a Declaração de Salamanca em 1994 que aconteceu em Salamanca na Espanha é tida como um marco importantíssimo na educação especial pelo fato de oficializar que a educação é para todos e que as instituições escolares devem acolher e ensinar todos os alunos, onde refletiu sobre as necessidades educacionais especiais, no sentido de que os alunos com deficiência devem ter acesso e qualidade aos conteúdos propostos pela escola, e que à uma necessidade de reestruturação das escolas e dos sistemas educacionais para assim garantir a inclusão, de acordo a especificidade de cada aluno, e a não discriminação e desqualificação do ensino para as pessoas com deficiência.

Já a Convenção da Guatemala 1999, discutiu sobre maneiras para a eliminação de quaisquer forma de discriminação contra as pessoas com limitações, reafirmando os direitos de liberdades fundamentais para todos. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente/Lei 8069/90 de 1990 visou reforçar que a educação é um direito fundamental de todos os cidadãos, principalmente da criança e do adolescente sendo que os mesmos devem estar intrínsecos no contexto educacional independente de sua limitação.

Então foram através desses ativos que o Brasil buscou contemplar tais políticas públicas que adaptassem os currículos e os projetos políticos pedagógicos das escolas para a inclusão das crianças com deficiência, propondo práticas de alfabetização com os direitos atribuídos pela Constituição Federal de 1988 onde diz em seu artigo 208 e 227 que é dever do estado garantir uma educação de qualidade, inclusive oferecendo o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino as crianças com deficiência, eliminando as barreiras arquitetônicas e preconceitos, proporcionando a esses alunos o fácil acesso desde a estrutura física até os conteúdos.

Ainda com a Constituição Federal de 1988, outras leis e resoluções foram criadas para contemplar e facilitar a aplicabilidade de recursos para atender as especificidades educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 em seu art.59 diz que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades[...]”.

No que reflete que a educação de pessoas com deficiência deve ser ofertado na rede regular de ensino¹, e que o estado a família e a instituição deve promover essas pessoas, através de recursos e práticas que contemplem suas necessidades, de acordo com CNE/CEB nº 2/11/2001;

Art.3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001).

Para tanto, o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece 10 diretrizes a partir da lei nº 13.005/2014, onde se discute sobre metas e estratégias para o melhorar a qualidade educacional, superando as desigualdades e valorizando os profissionais da educação.

¹ Rede regular de ensino – É a escola ou instituição que segue o modelo comum de educação, com níveis de ensino e faixa etária estabelecida, visando o desenvolvimento da aprendizagem.

No artigo 2º, conforme Brasil, (2014, p.7-8) é estabelecido em suas diretrizes, nos incisos de I à X uma discursão em relação a educação qualificada que atinja com dignidade e integridade a todos, visando a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Sendo assim, ambos os documentos normativos visa a refletir sobre a deficiência como uma limitação na qual deve ser subsidiada com atenção de maneira inclusiva, proporcionando o avanço intelectual, cognitivo e motor dessas crianças no âmbito escolar na sala regular de ensino. Sendo que as escolas precisam sofrer modificações para se adequar ao sistema de educação inclusiva e qualificar o ensino dessas crianças com novas propostas e práticas de ensino, assim Segundo Oliveira, Gonzaga e Lima (2015, p.2);

[...] a escola de ensino regular que deve acolher todos os alunos e também se empenhar em identificar as dificuldades e limitações dos estudantes, buscando ajuda e encaminhamentos através de profissionais qualificados de utilização de apoios e recursos que garantam a superação dessas dificuldades.

Assim, é a partir das leis que possibilitam a matricula desses alunos na rede regular de ensino, que as crianças sentem se acolhidas, para isso a escola deve estar amparada com instrumentos que ajudem no trabalho do professor em sala de aula através de seu currículo, assim como salienta Silva (2017) “[...] o currículo se caracteriza como um conjunto de ações que a escola desenvolverá, no intuito de oportunizar a aprendizagem dos alunos”, ou seja, a escola deve adequar seu currículo a novas experiências e práticas facilitadoras da aprendizagem, para que possibilite a alfabetização, sendo que o educador também deve se apropriar de

conhecimentos e práticas de ensino diversificado para lecionar com essas crianças, fazendo com que as mesmas sejam alfabetizadas mesmo com suas peculiaridades. Acerca disso Silva (p. 41 ,2017) expõe que;

A escola precisa repensar suas práticas educativas, com propósito de atender as especificidades dos educandos, e assim perceber que a forma de ensino muda com o passar do tempo, e que diferentes técnicas e estratégias precisam estar presentes em seu currículo.

Contudo, as escolas precisam inovar para atender a essas crianças juntamente com os professores, que precisam estar capacitados com estratégias de ensino para trabalhar com esses educandos, além de fazer com que eles se sintam incluso.

De acordo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), visa a inclusão de modo em que as escolas busquem estratégias que alcancem a todos, porém nas suas competências e habilidades não há métodos aos quais contemplem as especificidades dos alunos, não assegurando a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, sendo que o mesmo deveria propor meios que norteasse a educação inclusiva com práticas de ensino que favorecesse o pleno desenvolvimento da criança com necessidade educacional especial.

Dessa maneira o currículo Bahia publicado em 2018 na página 43, discute sobre a Educação Especial, onde a mesma esta respaldada pela Lei Nacional Nº. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei Brasileira de Inclusão, Nº 13.146/2015, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”; pelo Decreto Federal Nº. 6.949/2009, que ratifica a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência/ONU, pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Também pela Resolução CNE/CEB, Nº. 04/2009 – que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE; pela Resolução 04/2009, do Conselho Nacional de Educação, que “Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial”; pela Resolução CEE, Nº 79/2009, que estabelece normas para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para todas as etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino da Bahia; pela

Nota Técnica – SEESP/GAB, Nº 11/2010, que dispõe sobre Orientações para a Institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) implantadas nas escolas regulares e nas Diretrizes para a Educação Inclusiva no Estado da Bahia.

O currículo vem trazendo um discurso embasado nas leis, sobre onde a escola deve basear-se para proporcionar uma educação de qualidade aos alunos com deficiência.

Já o documento normativo municipal, que é o referencial curricular municipal promulgado em 2020, traz a discursão acerca da educação inclusiva visando um modelo educacional articulado que atenda às necessidades dos alunos dentro do espaço escola, onde vem ganhando visibilidade com a implantação de um núcleo de apoio pedagógico que é composto por psicopedagogo institucional e clínico, fonoaudióloga e psicóloga, que desenvolvem um trabalho de acordo a realidade de cada criança, propondo uma aproximação da escola e do aprendizado as essas crianças com necessidade educativa.

O referencial curricular municipal em sua página 61 diz que a proposta é melhorar a qualidade de vida desses alunos através das terapias as quais é desenvolvida de acordo a necessidade de cada uma delas explorando assim suas potencialidades, sendo um trabalho proposto para usufruir do seu direito e promover a inclusão, a equipe utiliza um instrumento de fundamental importância nesse processo, o PEI, Plano Especializado Individual. Esse PEI consiste em um instrumento de direito do aluno que norteia o trabalho do professor a partir de habilidades já desenvolvidas pela criança com deficiência que auxilia no desempenho de conteúdo, fazendo uso de recursos adequados para seu desenvolvimento.

A adequação do projeto político pedagógico, o plano de ação a estrutura física e a adaptação de conteúdos e materiais educativos são práticas que norteiam e contempla a necessidade do aluno com deficiência. Contudo as escolas regulares devem oferecer o atendimento específico, sala multifuncional, interprete de libras, TO (terapia ocupacional), fonoaudiólogo, psicólogo tanto para as crianças quanto para a família, que tem um papel fundamental nesse processo, e assim melhor atender essas crianças para que as mesmas avancem nas suas dificuldades, além da adaptação do espaço físico, como rampas adaptação dos sanitários, alargamento de portas entre outros.

A luz de tudo que foi discutido, o município, está buscando sempre o melhor para suas instituições de ensino, estando sempre de acordo ao que diz a legislação para assegurar o direito da criança a uma educação de qualidade, visando contemplar as suas especificidades.

2.3 PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Os educadores devem se moldar a práticas inovadoras de ensino, buscando novos conhecimentos e se adaptando as novas metodologias para aplicar no desenvolvimento do conhecimento das crianças com necessidades educacionais especiais, tendo o aluno como fonte primordial na aquisição de sua aprendizagem e o educador deve fazer com que seu educando interaja com o meio ao qual está inserido.

A criança que conviver com a diversidade nas instituições educativas, poderá aprender muito com ela. Pelo lado das crianças que apresentam necessidades especiais, o convívio com as outras crianças se tornam benéfico na medida em que representa uma inserção de fato no universo social e favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade. (BRASIL, 1998, p. 35).

Desta forma o papel do professor é de mediar o conhecimento a partir da diversidade, ampliando suas práticas para uma educação libertadora, se engajando ainda mais com seu projeto pedagógico, juntamente a toda comunidade escolar, para assim superar essa dicotomia de escola regular e especial, contemplando a peculiaridade da aprendizagem dos alunos com deficiência, além disso o docente deve estar sempre se inovando através de formações, para estar preparado para desenvolver um trabalho que contemplem as diferenças e não apenas as igualdades.

É um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem. (ROCHA, 2017, p.17).

Sendo assim, cabe ao professor se apropriar de habilidades facilitadoras na mediação da aprendizagem e se propondo a uma formação continuada para melhor atuar, pois é na formação continuada que se propõe possibilidade de construção de novas propostas e práticas inclusiva, possibilitando também repensar e analisar o

ato educativo, com o intuito de criar espaços de trocas de conhecimentos, reflexões coletivas contemplando o princípio de respeito as diferenças e a valorização do outro.

Contemplando também praticas que flexibilizem a inclusão das crianças com deficiência além de práticas que atraiam sua curiosidade, para que as mesmas tenham um pleno desenvolvimento juntamente com as outras crianças e que sejam alfabetizadas com a aplicação de conteúdos contextualizados que atendam sua compreensão e aprendizado pois;

Quando falamos em “necessidades educacionais especiais” sugerimos a existência de um impasse na aprendizagem, indicando que os alunos com tais necessidades precisam de recursos e serviços educacionais diferenciados dentro do contexto escolar, o que faz com que os sistemas de ensino e, sobretudo os professores, busquem novos caminhos para oferecer recursos e serviços adequados para cada indivíduo, deixando de lado as terminologias negativas que rotulavam os alunos com necessidades como “deficientes”, “anormais”, “retardados”, entre outras. (ROCHA, 2017, p.20).

Já no que diz respeito as práticas, é essencial que os professores se apropriem de recursos como materiais concretos e lúdicos, devendo se adequar a cada aluno nas suas especificidades e de acordo a cada passo a ser assimilado no processo de alfabetização, além de aprimorar os conteúdos de alfabetização já existentes através de práticas inovadoras, nos quais se adequem as necessidades específicas de cada criança, podendo também ser trabalhado com a psicomotricidade elencado diretamente ao ato de alfabetizar os alunos com deficiência.

Os alunos com necessidades educacionais especiais demandam recursos pedagógicos e metodológicos específicos para ter compreensão da aprendizagem. A aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais ganha muito mais sentido se ela estiver constantemente ativa dentro de um ambiente que lhe garanta o convívio e a participação. (BALBINO E SANTOS, 2015).

Contudo os educadores devem focar nas práticas pedagógicas facilitadoras no processo de inclusão e alfabetização da criança com deficiência e que obtenha resultados positivos no pleno desenvolvimento desses alunos, promovendo uma educação satisfatória e de qualidade para esses alunos, que atenda às suas particularidades, no processo de alfabetização. Para tanto, Freire (1981, p.71) vem dizer que “Talvez o sentido mais exato de alfabetização seja: aprender a escrever a sua vida como autor e como testemunha de sua história isso é biografar-se, existe

ciar-se, e historicizar-se” e esta forma ele faz-se refletir que deve se criar novas maneiras de alfabetizar, tendo o alfabetizando como o centro e sendo produtor do seu próprio conhecimento.

O trabalho com matérias lúdicos de maneira lúdica é essencial nessas praticas pedagógicas para alfabetizar as crianças com deficiência, pois como salienta Kishimoto:

Por meio de uma aula lúdica, o aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico. Por meio da brincadeira o aluno desperta o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista. Quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade. (1994).

O lúdico promove o desenvolvimento da interação da criança com diversos contextos, principalmente o de ensino-aprendizagem, podendo assim construir seu próprio conhecimento e assimilação de conteúdo. De acordo com Carvalho (1992, p. 28), “o ensino absorvido de maneira lúdica, passa a adquirir um aspecto significativo e afetivo no curso do desenvolvimento da inteligência da criança, já que ela se modifica de ato puramente transmissor a ato transformador”. Dentre essas matérias lúdicos a contação de história faz com que essas crianças tenham mais interesse e prazer em realizar as atividades propostas

A contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real. (RODRIGUES, 2005, p. 4).

Desta maneira a contação de história aguça na criança o pensamento, a imaginação, os sentimentos, a vontade de realizar determinadas atividades as aptidões intelectuais e a capacidade de identificar, a partir de fantasias trazidas na história contada. Então, a assimilações de determinados contextos extraídos dos livros, como por exemplo formas geométricas extraídas de gravuras, trabalhados de maneira intencional, faram com que as crianças se tornem pessoas críticas e desenvolvam sua capacidade intelectual.

O jogo, o brinquedo e as brincadeiras também são estratégias lúdicas de desenvolvimento do aprendizado, que utilizado de maneira especifica com uma pratica intencional, faz com que as crianças aprendam de maneira prazerosa. Assim,

o jogo permite que a criança esteja em contato com uma sequência de propostas didáticas, na vinculação do ensino aprendido no qual a mesma é submetida a partir do jogo a compreensão sobre determinado conteúdo.

O jogo como promotor de aprendizagem e do desenvolvimento passa a ser considerado nas práticas escolares como importante aliado para o ensino, já que coloca o aluno diante de situações lúdicas como o jogo pode ser uma boa estratégia para aproximá-los dos conteúdos culturais a serem vinculados na escola. (KISHIMOTO, 1994, p.13).

Assim como no jogo, no ato de brincar a criança é estimulada ao aprendizado de maneira espontânea, apresentando grande relevância no desenvolvimento da mesma, por apresentar situações que possibilita a construção de novas relações a partir de diferentes tipos de brinquedos, sendo configurado como objeto que proporciona o conhecimento de diversas áreas, sendo que os mesmos podem ser criados para ou pelas crianças.

Pelo uso do brinquedo, a criança aprende a agir de forma cognitiva; os objetos têm um aspecto motivador para as ações da criança, desde a mais tenra idade. A percepção é um motivo para a criança agir. Mais tarde, a ação começa a se desvincular da percepção: o pensamento começa a se separar do que a criança imagina ser o objeto e do que o objeto é, realmente; a criança vai fantasiando o que ela gostaria de que determinado objeto fosse (MARANHÃO, 2007, p. 34-35).

Já a brincadeira que está envolta do brinquedo e dos jogos de acordo com Maluf, (2003) “não é um mero passatempo, ela ajuda no desenvolvimento das crianças, promovendo processos de socialização e descoberta do mundo”, o brincar estimula na criança o aprendizado de maneira significativa, propondo as crianças com deficiência no processo de alfabetização melhor interação com o meio e com fase do desenvolvimento ao qual ela está inserida. As brincadeiras também expressão nas crianças desejos, emoções, medos, fantasias, sentimentos que são essenciais nessa fase de conhecimento, e assim como diz Piaget (1971)

(...) quando a criança brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois sua intenção com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui”, sendo assim a criança vai estar em contato direto com o desenvolvimento da aprendizagem de forma lúdica e espontânea através do jogo e da brincadeira.

Então as brincadeiras, ajudam as crianças a desenvolverem habilidades educativas favoráveis e a despertar o seu espaço mais genuíno, além do exercício para suas relações afetiva com o mundo, com os objetos, com os conteúdos e com as pessoas. Porém para que a criança com necessidade educativa especial seja alfabetizada não existe uma receita pronta, além de que a depender do grau de sua deficiência não é possível alfabetizá-lo, ou seja ele estará dentro do processo de aprendizado cotidiano, entretanto não conseguirá alcançar níveis de alfabetização e letramento.

Não existe, porém, uma receita a ser seguida. É importante que o professor seja apoiado e orientado - no cotidiano escolar - de maneira a ser capaz de refletir de maneira crítica e constante sobre sua prática, com base em recursos teórico e metodológico, a fim de recriá-la constantemente. Esta reflexão não deve se restringir apenas a uma teorização para compreender e explicar a prática, mas ser efetivamente crítica, de forma que – sempre que necessário – seja capaz de reformular e recriar a realidade vivenciada em classe (MARTINS, 2006, p.21).

Dessa forma é essencial que o docente tenha uma prática flexível que atenda as demandas desses alunos, fazendo com que ele se sinta parte do processo educacional, mesmo não atendendo aos objetivos da alfabetização, considerando as peculiaridades no processo do aprendizado.

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Brasil, 2001, p. 1)

É importante dizer que, a Educação Inclusiva não pode permanecer sendo vilipendiada perante inúmeras habilitações legais já existentes. Ela precisa ser colocada em prática, com qualidade, que as escolas juntamente com a coordenação pedagógica tenham um olhar mais atento para com as crianças com necessidade educativa especial, que proporcione aos alunos e professores o AEE – Atendimento Educacional Especializado nas escolas com mais frequência, para estar ajudando o professor na sua prática. E que seja colocado em ação todas as propostas curriculares que ajudem o aluno em seu pleno desenvolvimento da aprendizagem e alfabetização. Dessa forma o professor deve ter uma visão centrada no cotidiano do

aluno e em sua prática diária, para assim atualizar os seus conteúdos, sua didática e sua prática de ensino.

3 AS PRÁTICAS UTILIZADAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA

Neste capítulo será discutido sobre os resultados obtidos de acordo aos relatos de professoras sobre a alfabetização de crianças com deficiência. Discutiremos sobre os principais desafios, as possibilidades de ensino de maneira inclusiva, as principais práticas que levam essas crianças a serem alfabetizadas, além de como ocorre todo esse processo até conseguir atingir os objetivos educacionais.

O Município de Governador Mangabeira, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, realiza um trabalho relacionado a educação inclusiva baseado nas necessidades das crianças matriculadas na rede regular de ensino, onde disponibiliza documentos normativos como o currículo municipal e os projetos políticos pedagógicos da escola, que asseguram ao trabalho do professor para com essas crianças.

Além de disponibilizar mecanismo que fortaleça ainda mais a atuação dos docentes como os atendimentos educacionais especializados, as coordenadoras com formações específicas, formação continuada para os professores e o núcleo de atendimento composto por psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e neurologista, além do apoio da APAE – associação de pais e amigos dos excepcionais, que fazem um atendimento mais específicos com essas crianças e o CAPS – centro de atendimento psicossocial, que colabora com o atendimento aos alunos de níveis de deficiência mais grave.

A formação dos docentes é de suma importância nesse contexto, pois possibilitara melhor desempenho em seu trabalho com essas crianças, além do tempo de atuação e a pratica de maneira assídua, a busca também por novos conhecimentos e novas experiência é de grande valia para o exercício de suas estratégias de ensino.

O quadro a seguir vem trazendo a caracterização de quem foram esses entrevistados, quais suas formações, o tempo de atuação e seu tempo de experiencia na educação inclusiva.

Tabela 01 – Caracterização dos entrevistados

ENTREVISTADOS	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
DIRETORA A	Pedagogia	6 anos	6 anos
COORDENADORA A	Não realizou a entrevista, por motivos de saúde.		
PROFESSORA A	Pedagogia	4 anos	4 anos
PROFESSORA B	Pedagogia	4 anos	4 anos
PROFESSORA C	Magistério	11 anos	Não tem

Fonte: Dados da entrevista semiestruturada, 2021.

Sendo assim, discutimos a partir das vivências adquiridas pelas docentes e diretora da instituição. Sobre questionamentos ao longo da pesquisa, acerca de alguns pontos específicos de sua prática, como experiências e desafios, além de estratégias de alfabetização da criança com deficiência, se há um apoio dos órgãos públicos para o trabalho com esses alunos e por fim se é possível alfabetizar esses discentes com dificuldade de aprendizado.

3.1 OS DESAFIOS E AS EXPERIÊNCIAS DA ATUAÇÃO DOCENTE PARA ALFABETIZAR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NUM CONTEXTO INCLUSIVO

De acordo com os relatos obtidos na entrevista, problematizamos que os desafios são muitos para a educação inclusiva. Sendo assim, podemos citar: a falta de estrutura das escolas, falta de materiais, falta de apoio dos pais, dentre outras muitas dificuldades. Já as experiências relatadas são incríveis, pois apesar do desafio de mediar o conhecimento a esses alunos com deficiência, os resultados com o esforço, a dedicação e a insistência são muito gratificantes, mesmo que as vezes as crianças não aprendam tudo que está proposto nos objetivos, só o fato desses educandos está dentro do processo de aprendizado se sentindo como os outros alunos, e tendo algum desenvolvimento contemplado já é um grande avanço no ciclo em que o mesmo está inserido.

No relato da professora A, constatamos que o principal desafio é a aceitação dos pais em relação a deficiência de seus filhos. Por outro lado, o outro desafio é saber qual providencia inicial tomar, quando os pais se recusam a aceitar a necessidade da criança. Percebemos que um dos desafios relatados também é a falta de experiência e formação para trabalhar com as crianças da educação inclusiva. Contudo, a professora A ainda relata que apesar das dificuldades e das barreiras no processo educacional do aluno com deficiência, ainda existem possibilidades de trabalhos com êxito, pois essas dificuldades as possibilitam ao contato com novos aprendizados, e a ter um olhar mais atento em relação aos alunos com necessidade educacional, além de buscar mais a fundo sobre a educação inclusiva.

Ao ser questionada, a professora B trouxe um relato bem parecido, onde expôs que a principal dificuldade é a aceitação dos pais, a falta de acompanhamento da família, além de poucos recursos preparatórios oferecidos e ausência de materiais didáticos. Mas apesar das dificuldades a mesma relatou que na sua lida com os alunos com necessidade educativa, um deles não se comunicava nem por sinais, porém compreendia aos conteúdos aplicados pela professora e ela conseguiu descobrir isso através de vários estudos, adaptações de materiais e aplicação de diversas praticas para saber qual contemplava a deficiência daquela criança, visto isso ela contou como uma grande vitória dentro do processo de aprendizado dessa criança, que apesar das limitações enfrentadas tanto pela criança quanto pelo professor foi possível que a mesma aprendesse.

Um discurso muito importante também citado pela professora B, foi em relação ao processo de inclusão nesse contexto de pandemia e isolamento social, o que não foi exposto pela professora A, o relato é que a criança continua no processo de aprendizado, mesmo com um pouco mais de dificuldades, elas participam das atividades remotas e as coordenadoras da escola fazem o atendimento quinzenal com essas crianças tanto na escola quanto em suas residências.

Corroborando com a discussão, a diretora A traz informações também já relatadas pelas professoras A e B, dizendo que a principal dificuldade é a não aceitação da família e a falta de apoio, além da carência de recursos tanto didáticos quanto formativos e a questão da limitação de trabalhar com essas crianças nas turmas multisseriadas, onde as crianças de anos distintos são matriculadas em única turma, muita das vezes de duas a três, tem casos de serem quatro etapas

juntas, com apenas um professor sem ajudante de turma, dificultando ainda mais o trabalho do professor em possibilitar um melhor aprendizado e inclusão da criança com deficiência. Além disso a gestora A expos também que apesar das limitações, já passou por uma experiência muito interessante, a qual quando professora teve a oportunidade de trabalhar em uma sala multisseriada, onde tinha três crianças autistas e uma com TDAH, falta dos recursos relatados no início e sem coordenador pedagógico, assim ela fez daquele desafio um objetivo, que foi em fazer com que todas aquelas crianças aprendessem algo. É importante pontuar que, a diretora contextualiza que daí começou a sua busca por práticas facilitadoras que contemplasse a realidade de sua turma, e se apropriando de materiais lúdicos, jogos, brinquedos e brincadeiras ela conseguiu com êxito superar aqueles desafios que ela tinha transformado em objetivo e possibilidade de inovação.

A diretora A ainda falou um pouco sobre a questão da inclusão dessas crianças com deficiência no processo de pandemia e isolamento social, onde as mesmas estão participando de todo artifício educacional com ainda mais dificuldades, porém fazendo o possível para que ela não perca o foco, participando das atividades remotas impressas, assistindo a vídeos enviados pelas professoras e tendo um acompanhamento presencial feito pelas coordenadoras com atividades específicas, com o cuidado de higienização e proteção rigorosa nesse processo.

O relato da professora C, que é formada em magistério, sem nenhum tipo de formação continuada e experiência na educação inclusiva, conta que o principal desafio para lidar com os alunos com deficiência é a falta de formação e conhecimento na área da educação inclusiva, e a aceitação dos pais em relação a necessidade de seu filho. A professora relata ainda, que nesse contexto de pandemia, os alunos tem atividades remotas específicas e um acompanhamento com a coordenadora para auxiliar tanto as crianças, quando aos pais nessas atividades.

De fato, com a pesquisa, percebemos que os relatos dialogam e apresentam similaridade, a dificuldade é grande o desafio é ainda maior, porém o objetivo com a educação não pode parar, principalmente a lida com a necessidade da criança com deficiência.

3.2 COMO ACONTECE O ENSINO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS?

O processo de inclusão das crianças com deficiência, ocorre na rede regular de ensino, feito por meio de matrícula sendo que a criança que possui um diagnóstico concreto é tratada de maneira específica, já os alunos e alunas que não possui é observada ao longo do processo de aprendizado, e verificada a sua necessidade é encaminhada para especialistas onde diagnosticam sua especificidade. Além de que a escola deve estar preparada fisicamente e pedagogicamente para atender as crianças com deficiência, tendo um acompanhamento maior de acordo a sua necessidade, para que lhes possibilite o aprendizado, conhecimento e logo participar do ciclo da alfabetização.

A professora A relatou em sua fala que, o processo de inclusão acontece de acordo as especificidades de cada aluno e que a escola oferece todo o suporte de atendimento especializado, junto a secretaria de educação no acolhimento dos mesmos, onde a partir da observação dos professores são orientados aos pais o tipo de necessidade da criança e logo encaminhado para um núcleo composto por psicólogo, neurologista, fonoaudiólogo e psicopedagogo, que realiza exames concretos e diagnosticam a deficiência da criança. Complementando, as crianças tem na escola o AEE – Atendimento Educacional Especializado, e aquelas que tem uma deficiência mais acentuada além da matrícula na escola regular ainda é matriculada no turno oposto em um órgão onde atende as necessidades vigentes dessa criança que é o APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que realizam atividades específicas.

Já de acordo a pergunta feita sobre o currículo e o Projeto Político Pedagógico – PPP, não houve êxito pois a professora A parecia não saber se o currículo e o projeto político pedagógico possuía pautas específicas para educação inclusiva, porém de acordo a mesma a escola possui estrutura física que atenda a necessidade dos alunos com deficiência, o que não foi visto na mesma foi as partilhas para deficientes visuais, alargamento das portas para deficientes físicos e a falta de corrimão nos banheiros, já em relação aos recursos possui alguns prontos e outros adaptados, que possibilita o processo de ensino aprendizado.

No sentido da possibilidade de alfabetização das crianças com deficiência de acordo ao relato da professora A, a depender do nível de deficiência da criança não

é possível alfabetizá-la, porém na maioria dos casos mais leves diante de muito esforço, dedicação, paciência e adaptação, perante de um processo é sim possível alfabetizá-la.

A professora B, relatou que o processo de inclusão ocorre de acordo a peculiaridade de cada criança, considerando um processo individual, e que o processo de aprendizagem acontece por meio de materiais lúdicos, alguns que vem pronto e outros que são adaptados pela escola e que é através dessa pratica que é contemplado o processo de alfabetização da criança com deficiência, por meio da leitura de imagem, jogos, brinquedos e brincadeiras. Sendo que a escola possui uma estrutura tanto física quanto pedagógica, e que partes dos alunos com deficiência ao entrar na instituição e apresentar um diagnostico concreto as habilidades são trabalhadas a partir de suas especificidades, já os que não possui é encaminhado para o núcleo composto por psicólogos, psicopedagogos, neurologista e fonoaudiólogo, visto que as crianças que possui uma deficiência mais acentuada e matriculada no turno oposto na APAE, para realização de atividades mais especificas, e no turno regular tem o acompanhamento com o AEE da escola.

Segundo a professora B o currículo e PPP da escola possui pautas especificas que contemplem a educação inclusiva, fazendo com que melhor desempenhe seu trabalho com as crianças com necessidades educativas e as possibilite serem alfabetizadas, posto que muitas das vezes não no tempo certo pelo fato da sua limitação mais ao longo do processo. Em relação ao currículo, é pautado no mesmo a realização do trabalho com a educação inclusiva, e que as práticas dos professores e a estrutura pedagógica e física da escola estão pautadas nesse documento normativo, tendo apenas três discordância que é a questão das partilhas para deficientes visuais, alargamento das portas e corrimão. Todavia não se obteve contato direto com o PPP da escola, não sendo possível observar pautas especificas relacionada ao desenvolvimento da educação inclusiva.

De acordo ao relato da diretora A, o processo de inclusão ocorre da mesma forma que acontece com os demais alunos, a única diferença é que essas com necessidades especiais, precisam de um acompanhamento maior, que normalmente é realizado pelas coordenadoras com atividades especificas. E que o processo de ensino aprendido, funciona com as crianças além de serem matriculadas na rede regular de ensino, no turno oposto é matriculada na instituição APAE, onde há um conjunto de trabalhos que os professores de lá realizam com esses alunos, sendo

que na maioria das vezes exercem as mesmas atividades da escola, porém com a assistência de uma professora auxiliar que ajuda e acompanha essas crianças, no caso de uma maior dificuldade é feito atividades específicas e outros trabalhos de desenvolvimento para com esse educando.

Para tanto, de acordo ao relato da diretora A, a escola possui uma estrutura adequada para o atendimento dos alunos com deficiência, e possui apoios de outros órgãos como o APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e um núcleo que é composto por psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogo e neurologista, além do AEE, que atende tanto as crianças, como auxiliam aos pais quais as melhores formas de lhe dar e ensinar essas crianças. Quanto aos recursos a maioria deles são confeccionado na escola, logo em relação ao currículo e PPP eles possuem pautas específicas, sendo que o currículo é contemplado de acordo a fala da gestora com estruturas tanto físicas quanto pedagógicas, tendo apenas três pontos que não foi verificado na estrutura física, que foi a falta de pastilhas para deficientes visuais, o alargamento das portas para deficientes físicos e a falta de corrimão nos banheiros, já o PPP não foi possível visualizar coerência ao relato da mesma.

Contudo, a conversa estabelecida pela diretora A é que há sim possibilidades de alfabetizar as crianças com deficiência no contexto inclusivo, através do trabalho de forma lúdica, do acompanhamento específico, do apoio dos pais, com muito esforço e dedicação, muitas das vezes não é possível a contemplação dentro do ciclo da alfabetização, mais ao longo do processo e a depender do grau de deficiência da criança.

Na entrevista com a professora C, foi relatado que o processo de inclusão ocorre da mesma maneira que o das outras crianças, porém quando constatado a necessidade é tido um olhar mais atento e específico para com essa criança. E o processo de desenvolvimento dela ocorre por meio de atividades dentro da realidade desses estudantes. A professora diz ainda, que as possibilidades de alfabetização são poucas, principalmente em relação aquelas crianças com um nível mais severo de deficiência, mas elas devem esta inserida nesse processo mesmo não atendendo aos objetos dos conhecimentos, já aquelas crianças com níveis de deficiência menos severo conseguem serem alfabetizadas durante o tempo e não especificadamente no ciclo da alfabetização.

Em relação a estrutura física, em sua fala a professora C diz que a escola proporciona rampas de acesso, as portas são largas e os banheiros são adaptados. Sobre a estrutura pedagógica, é relatado que a Secretaria Municipal de Educação disponibiliza de órgãos que auxiliam o trabalho do professor com essas crianças como o atendimento educacional especializado, equipe de fonoaudiologia, psicólogo, psicopedagogo e neurologista, além das coordenadoras que oferece todo suporte aos professores, educandos e familiares, quando solicitado para atender as necessidades dessas crianças.

Para tanto, o currículo dispõe de pautas específicas que colaboram para trabalho de qualidade com os alunos que possuem deficiência, de acordo a fala da professora C, o projeto político pedagógico também possui pautas específicas, porém não foi possível visualizar pela indisponibilidade do documento e a mesma não tem conhecimento sobre quais são essas pautas.

Posto isso, os relatos não foram tão coerentes diante aos autores lidos, respaldado naquilo que é lei, porém a escola possui um processo ao qual atende a necessidade da criança com deficiência e que é a mesma pode sim ser alfabetizada a depender do seu grau de limitação, e não no ciclo da alfabetização, mais diante de um processo de desenvolvimento, com muito trabalho, esforço e dedicação.

3.3 ESTRATÉGIAS E RECURSOS ALFABÉTICOS APLICADOS NA PRÁTICA DOCENTE QUE LEVA A PROMOÇÃO DE HABILIDADES DA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

As estratégias vão de acordo a especificidade de cada criança sendo considerado seus saberes prévios, o aperfeiçoamento da formação do professor para o trabalho com o aluno deficiente é essencial, para que considere a limitação dos mesmos e trabalhe de acordo a essa necessidade, é valido também o uso de materiais didáticos adequados e que contemple a carência da criança com deficiência, além das adaptações de materiais, do uso da ludicidade, dos jogos dos brinquedos e das brincadeiras, também é necessário o apoio de alguns especialista durante esse processo como psicopedagogos, psicólogos e dentre outros.

Contudo, os professores precisam se apropriarem do planejamento de atividades que contenham materiais táteis e visuais, como contação de histórias e o manuseio de objetos, relacionado a meios que potencialize o aprendizado da

criança, considerando que nem todas seguem os mesmos caminhos na construção do conhecimento, e que cada um tem um tempo diferenciado de aprendizado, pois de acordo a sua deficiência é possível avançar o procedimento e alfabetizá-las, porém não na mesma proporção que os demais e não especificadamente no ciclo da alfabetização, mas durante o processo.

O relato da professora A, diz que ao perceber que o aluno tem alguma deficiência é encaminhado a um especialista para diagnosticar a sua limitação, e logo após é utilizado diferentes práticas de ensino em sala de aula, adequado a necessidade do mesmo, tendo como principal estratégia é a utilização de maneiras lúdicas, que sejam satisfatória, além de materiais facilitadores da aprendizagem tais como jogos, material dourado, contação de história dramatizada com fantoche para uma melhor interpretação dos fatos, pinturas e dentre outras estratégias, que ajudam no processo de desenvolvimento do aprendizado.

A professora B disse que, primeiro é verificada qual a limitação da criança, e depois encaminhado para um especialista dá um diagnóstico, e a depender do tipo de deficiência, as atividades são planejadas e executadas de acordo a necessidade da criança, fazendo uso de estratégias como jogos, materiais e atividades lúdicas, táteis e visuais, além de brinquedos e brincadeiras de modo geral.

Para tanto a diretora A, relatou que após a percepção da necessidade da criança, acontece o encaminhamento para os profissionais como psicopedagogo e neurologista diagnosticarem a deficiência da criança, é realizado estratégias para se trabalhar com a limitação das mesmas através materiais lúdicos, contação de história na lata, dramatização com fantoches, utilização de alfabeto moveis, materiais táteis e atividades lúdicas especificadas. Ainda, os professores tem o apoio das coordenadoras durante a realização de planejamentos e aplicação dos objetos do conhecimento e das atividades, também na confecção de materiais aos quais as crianças possam tocar e manusear, sendo que as professoras também optam por trabalharem de maneira multidisciplinar para facilitar a contextualização do aprendizado, tendo o lúdico, como principal estratégia didática para realização dos conteúdos.

Deste modo a professora C, narrou que as principais práticas utilizadas para alfabetizar crianças com necessidades é conhecer sua realidade e trabalhar com recursos que promovam a inclusão escolar, a partir de jogos didáticos, músicas educativas, uso de material dourado, dramatização de histórias com fantoches. Além

de adaptações de materiais pedagógicos, utilização de alfabeto moveis, atividades lúdicas, manuseio de tintas através de pinturas e uso de sementes. São esses alguns dos recursos utilizados no processo de alfabetização da criança com deficiência.

Sendo assim, as práticas pedagógicas verificadas, contemplam ao processo de aprendizado das crianças com necessidade educativa, no contexto inclusivo, tendo suas especificidades consideradas através de estratégias como: adaptações de materiais pedagógicos, o uso de materiais táteis, moveis, visuais, que prenda a atenção dessas crianças e recursos didáticos e alfabéticos como: contação de histórias, jogos, brinquedos e brincadeiras, além da escrita livre e leitura de imagens para aguçar a curiosidade dos alunos, são essas práticas aplicadas para o desenvolvimento dos mesmos podendo alfabetiza-los a depender do grau da sua deficiência, não exatamente no ciclo da alfabetização, mas ao longo da apropriação do conhecimento.

E essas práticas pedagógicas, além das estratégias e recursos para alfabetização das crianças com deficiência é indispensável, para fazer com que esses alunos permaneçam na escola e dentro do processo de aprendizado. Para isso, é necessário de formações educativas continuadas, que auxiliem os educadores a tornar a aquisição do conhecimento de maneira prazerosa, e que não prejudique o aprendizado dessas crianças, mais obtenha maneiras que proporcione as mesmas atingir seus objetivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo as discussões apresentadas ao longo do trabalho, podemos concluir que os resultados atenderam aos objetivos propostos pela pesquisa, contudo foi compreendido que são inúmeros os desafios que cerca a prática docente no contexto da educação inclusiva, a ausência de estrutura tanto física, quanto pedagógica sendo a falta de ambientação das instituições para receber essas crianças, falta de materiais didáticos e a formação continuada dos docentes.

Sendo assim, isso limita ainda mais essa prática, fazendo com que professores vão em buscar de estratégias que se efetive na prática o que está na teoria, mas apesar dessas dificuldades o processo de ensino aprendizagem acontece, e a alfabetização desses estudantes com deficiência acontece através de um processo que muitas das vezes vai além do ciclo da alfabetização, através de ações lúdicas e a aplicação de matérias e atividades que atendam a necessidade da criança com deficiência, como: uso de material dourado, contação de história, materiais táteis, móveis, visuais e adaptáveis.

Além de jogos brinquedos e brincadeiras, alfabeto móvel, adaptação de materiais pedagógicos, dramatização de histórias com fantoches, manuseio de tintas, pinturas, colagem e a utilização de sementes. É necessário também um planejamento que favoreça a todos dentro das suas peculiaridades, vale ressaltar, que toda atividade e material sobreposto, deve ser contemplado dentro da capacidade e realidade vivida por cada criança.

E por meio desses recursos pedagógicos, didáticos e alfabéticos que o professor visa contemplar o aprendizado dos seus alunos. Sendo assim, a educação inclusiva é de grande relevância no processo de aprendizado da criança com deficiência, tendo sua matrícula assegurada por lei na rede regular de ensino, os professores e todos os órgãos que compõe as escolas devem facilitar o desenvolvimento do conhecimento, com materiais didáticos e pedagógicos que atenda às necessidades dos alunos, além da formação de professores capacitados para contemplar o ensino e efetivar o seguimento da alfabetização, mesmo que em alguns casos a depender da limitação da criança não é possível serem alfabetizadas, porém a maioria conseguem ser alfabetizadas não dentro do ciclo da alfabetização, mais ao longo do processo.

Dessa maneira os desafios são muitos, mais as possibilidades também são muitas, só precisa a instituição e professores terem um olhar mais sensível, acerca da deficiência da criança, propondo praticas pedagógicas, principalmente lúdicas que acolham e atendam as peculiaridades e individualidades de cada educando, que os educadores tenham um olhar mais atento e amoroso para com essas crianças, seja ela qual for, quem for e de onde for.

REFERENCIAS

Bahia. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental – Superintendência de Políticas para Educação Básica**. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2018. 468 p.

BALBINO, E.S.; SANTOS, P.A. **A inclusão e o processo de ensino aprendizagem das crianças com deficiências: metodologias e práticas dos professores**. In: CONGRESSO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM ARAPIRACA, 1., 2015, Arapiraca. Arapiraca: Ufal, 2015.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

_____. Constituição da República federativa do Brasil, promulgada em 5/10/1988. Brasília: Senado federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: SEESP, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Volume 1 Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

CARVALHO, A.M.C. et al. (Org.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

Correia, L. M. (1997). **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora.

DECLARAÇÃO DE GUATEMALA. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. Aprovado pelo Conselho Permanente da OEA, na sessão realizada em 26 de maio de 1999. (Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001).

DECLARAÇÃO DE JOMTIEN. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: 9. Ed. Paz e Terra, 1981.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GOVERNADOR MANGABEIRA. Secretaria Municipal de Educação. **Referencial Curricular Mangabeirense para Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Bahia Governador Mangabeira. Secretaria Municipal de Educação, 2020. 95 p.

KISHIMOTO, T.M. Jogo, **Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 6. ed. São Paulo: CORTEZ, 1994.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **A importância das brincadeiras na evolução dos processos de desenvolvimento humano**. 2003.

MANTOAN, M. T. E. **A Inclusão Escolar de Deficientes Mentais**: contribuições para o Debate. In. Revista Integração, Brasília, 1997, n. 19, p. 50- 57.

_____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARANHÃO, Diva Nereida Marques Machado. **Ensinar Brincando**: a aprendizagem pode ser uma grande brincadeira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **A inclusão do portador da síndrome de Down: o que pensam os educadores?** Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2002.

MARTINS, Lúcia Araújo Ramos, PIRES, Gláucia Nascimento da Luz, MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. (Org.) **Inclusão: compartilhando Saberes.** 2. ed. Petrópolis. R.J.: Vozes, 2006.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. **A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais.** Práxis Educacional, v. 10, n. 16, p. 35-39, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, V. L. C; GONZAGA, M. Z; LIMA, E.C.Z. **Educação inclusiva: um ato de amor e afetividade.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Conedu, 2, 2015, Campina Grande, PB. Campina Grande: Realize, 2015.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teóricoprática.** 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética.** Petrópolis: Vozes, 1971.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** São Paulo, Julho de 2017.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. **Cultura, arte e contação de histórias.** Goiânia, 2005.

SASSAKI, R. K. **Questões semânticas sobre as deficiências visual e intelectual na perspectiva inclusiva.** Revista Reação, São Paulo, ano XI, n. 62, p 10-16, 2008.

SILVA, Marizete Dutra Ferreira da Silva. **AS METODOLOGIAS UTILIZADAS NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JOCIÊDES ANDRADE.** Tabatinga, AM, 2017.

SOUSA, N. M.; NASCIMENTO, D. **A inclusão escolar e o aluno com síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem.** Educação & Formação, Fortaleza, v. 3, n. 3, p. 121-140, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich. **A criança e seu comportamento.** In: Estudos sobre a história do comportamento - símios, homem primitivo e a criança. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira - Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 151-23.

APENDICE

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA – TCC 2

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – FAMAM

OBS: A DEFICIENCIA TRATADA É DA NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL.

QUESTÕES PARA ENTREVISTA

- **QUAL SUA FORMAÇÃO?**
 - **QUAIS SUAS FORMAÇÕES ESPECIFICAS NA ÀREA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?**
 - **QUAL SEU TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, E NO TRABALHO COM AS CRIANÇAS DEFICIÊNTES?**
1. **COMO OCORRE O PROCESSO DE INSLUSÃO DENTRO DESSE ESPAÇO ESCOLAR?**
 2. **QUAIS AS PRINCIPAIS PRÁTICAS UTILIZADAS PARA TRABALHAR COM AS CRIANÇAS DEFICIENTE?**
 3. **COMO ACONTECE O PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NESSE ESPAÇO ESCOLAR?**
 4. **QUAIS AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES PARA ALFABETIZAR AS CRIANÇAS COM DEFICIENCIA? CONSEGUEM SER ALFABETIZADAS?**
 5. **QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZADO E NA ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIENCIA?**

6. QUAL A SUA MAIOR E MELHOR EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA?
7. QUAIS AS POSSIBILIDADES DE ALFABETIZAR AS CRIANÇAS COM DEFICIENCIA NO CONTEXTO INCLUSIVO?
8. QUAIS AS ESTRATÉGIAS E RECURSOS ALFABETICOS APLICADOS NA PRÁTICA QUE LEVE A CONTEMPLAÇÃO DE HABILIDADES E DESENVOLVIMENTO DO APRENDIZADO, NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA?
9. QUAL O PRINCIPAL RECURSO UTILIZADO NA ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIENCIA?
- 10.QUAL O PRINCIPAL DESAFIO ENFRENTADO PELO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?
- 11.HÁ UMA ESTRUTURA FÍSICA, APOIO DE OUTROS ORGÃOS E RECURSOS PEDAGOGICOS, QUE CONTEMPLE O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIENCIA? FALE UM POUCO SOBRE.
- 12.QUAL A PRINCIPAL PRATICA PEDAGOGICA, ADOTADA PELA INSTITUIÇÃO PARA ALFABETIZAR A CRIANÇA COM DEFICIENCIA NO PROCESSO INCLUSIVO?
13. O CURRÍCULO E O PPP DA ESCOLA, ESTABELECE PAUTAS ESPECIFICAS DIRECIONADA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA? SE SIM QUAIS SÃO ELAS?
- 14.COMO AS CRIANÇAS COM DEFICIENCIA ESTA INSERIDA NO PROCESSO DE APRENDIZADO, NESSE CONTEXTO DE PANDEMIA?

15. COMO E QUAL O APOIO DADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A ESSAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?

16.A INSTITUIÇÃO POSSUI O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO? DE QUE FORMA?

ANEXO

Print do Documento Curricular Municipal de Governador Mangabeira, onde refere-se sobre a educação inclusiva

61

comunidade, conhecem os alunos indígenas. Tudo o que é feito na escola é muito discutido na comunidade. Então, falar sobre aquela realidade para os estudantes torna a comunicação com eles muito mais fácil e efetiva.

5.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial / Inclusiva é uma modalidade de ensino que vem ganhando maior visibilidade nos últimos três anos no município de Governador Mangabeira, apesar de respaldado por lei, a educação especial vinha se desenvolvendo de maneira desorganizada e desestruturada. Dentro das normas legais, toda criança tem direito a escola, sendo ela deficiente ou não, o direito de acesso, permanência e ao conhecimento é amparado por lei, sendo assim, o município vem implantando Núcleo de Apoio Psicopedagógico, composto por uma psicopedagoga Institucional uma psicopedagoga Clínica, uma fonoaudióloga, e uma psicóloga que juntas desenvolvem um trabalho que vem aproximando a escola a realidade de cada criança.

A proposta é melhorar a qualidade de vida desses alunos através das terapias as quais é desenvolvida de acordo a necessidade de cada uma delas explorando assim suas potencialidades, sendo um trabalho proposto para usufruir do seu direito e promover a inclusão, a equipe utiliza um instrumento de fundamental importância nesse processo, o PEI, Plano Especializado Individual. O PEI é um instrumento de direito da criança com deficiência ele norteia o trabalho do profissional, nele, consta as habilidades já desenvolvidas, o que é relevante para a criança naquele período e os recursos adequados para promover a aprendizagem, pois, é levado em consideração a individualidade de cada criança, partindo deste pressuposto esta ação praticada pela equipe é um passo importante para o processo de inclusão.

Adaptação de materiais educativos, essa prática promove o acesso ao saber acadêmico, a equipe multiprofissional dispõe desses materiais e escolas da rede já vem desenvolvendo e utilizando desses recursos para que as crianças com deficiência também participem das tarefas escolares. Utilização de cartões de

sinalização, também utilizados nas escolas e extensivo, os familiares também utilizam desse recurso para continuar as orientações em suas residências. Adequação dos PPPs e Plano de ação, para que as instituições possam elaborar suas atividades anuais tendo ponto de partida a empatia e equidade. Formação, professores da rede engajados na aquisição do conhecimento e práticas baseadas em evidências científicas para tornar seu exercício pedagógico eficaz, acessível e com resultados favoráveis, estudos de protocolos para identificar eventual atraso de desenvolvimento facilitando assim as intervenções e/ou orientação aos familiares.

Reestruturação do espaço físico, com rampas, alargamento de portas, adaptação de sanitários para melhorar a estadia dessas crianças no espaço escolar. Ações que promovem o acesso a informações sobre as diferenças para a comunidade escolar, também fazem parte de processo.

A rede municipal de ensino já disponibiliza um psicopedagogo na escola, onde o mesmo orienta os professores a desenvolver suas aulas de maneira que todos os alunos tenham compreensão e estejam engajado no trabalho que será desenvolvido na sala, também dispomos de um cuidador e /ou segundo professor, essa nomenclatura vai de acordo com o grau de deficiência e dependência da criança. "A lei Berenice Piana é clara em afirmar que a" pessoa com TEA incluída em classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado, nos termos do artigo 2º, inciso IV, que colabora nos cuidados com esse educando, porém, com veto do inciso IV deixa uma vulnerabilidade na execução da lei referente que visava garantir um acompanhamento terapêutico ,(que deve ser um profissional formado e com capacitação, em TEA e não de um estagiário) que além de atribuição de cuidador, deve mediar contato da escola, incluindo sala de aula, no recreio e nas atividades extra- classe.

O Atendimento Especializado Educacional é um serviço da educação especial que elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminam as barreiras para plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. (SEESP/2008) De acordo com o conceito do AEE toda escola com alunos deficientes deve ter o profissional que atenda e/ou ajude na adaptação de recursos que contribuam no processo de inclusão das crianças, avaliando a necessidade de cada deficiência.

Seguindo a afirmação do conceito de AEE, a Rede municipal de ensino vem adaptando, e investindo em recursos humanos e materiais as escolas, para atender de maneira digna e igualitária todas as crianças deficientes. De acordo com a LBI Capítulo I ART.1º é instituída a lei brasileira da pessoa com deficiência (estatuto de pessoas com deficiência) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício do direito da liberdades fundamentais para pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.

O capítulo IV, direito a educação. Eca, estatuto da criança e do adolescente, diz que é dever da família, do estado e do adolescente o direito à vida, segurança educação, dignidade cultura, respeito e convivência familiar e comunitária e ainda prevê no mesmo sentido o dever de assegurar atendimento especializado (AEE) na rede regular de ensino para crianças e adolescentes.

LDB 9.394/96 ... Determina que pessoas com necessidades educacionais especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. , todas as crianças com deficiência tem direito a matrícula e permanência nas escolas regulares de ensino e ao atendimento específico, sala multifuncional , interprete de libras , TO (terapia ocupacional) , fonoaudiólogo, psicólogo para atender melhor essas crianças e as mesmas avancem nas suas dificuldades , além da adaptação do espaço físico , como rampas adaptação dos sanitários entre outros.

A lei 12 .764/12, lei Berenice Piana vem fortalecer o direito de ingresso das crianças com deficiências nas escolas regulares especificamente as crianças com autismo. Além desses profissionais, citados acima, a lei 16.925/2019 diz que a instituição de ensino deve capacitar a equipe de apoio e docentes para integrar as crianças deficientes para melhor atender esses alunos.

A Rede Municipal de Ensino, tem buscado dentro das Lei que subsidiam os direitos das pessoas com deficiências o suporte necessário para que os mesmo tenham, acesso, permanência e aprendizagem de acordo com suas especificidades, além de suporte psicológico aos familiares. É muito importante o cumprimento das leis, mas, o que antecede a execução da mesma é o sentimento de responsabilidade social e o entendimento que todas as pessoas são digna e merecedores de respeito sem a necessidade de imposições mas de sensibilidade humana.